

DECLARAÇÃO DE MADRID

XIV REUNIÃO DA REDE IBERO-AMERICANA DE MINISTROS DA PRESIDÊNCIA E EQUIVALENTES

Palácio da Moncloa, 7 e 8 de maio de 2012

Os participantes na XIV Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE) reunidos na cidade de Madrid, nos dias 7 e 8 de maio de 2012, no âmbito das atividades preparatórias e paralelas da XXII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo que se realizará na cidade de Cádiz, nos dias 16 e 17 de novembro de 2012.

Conscientes da singularidade das tarefas comuns inerentes aos Ministérios e Equivalentes que compõem a nossa Rede, como órgãos de apoio ao topo do Poder Executivo e ao serviço da coordenação da ação governativa; e de que devemos aplicar tal perspetiva aos desafios principais com que a nossa região está constantemente a ser confrontada.

Convencidos de que, na atual conjuntura, se torna necessário avançar no sentido do fortalecimento das nossas instituições com vista a favorecer o desenvolvimento sustentável, o crescimento económico e a coesão social na Ibero-América, de acordo com os compromissos assumidos na Declaração de Asunción para avançar na "Transformação do Estado e no Desenvolvimento".

Reafirmando, no âmbito da Conferência Ibero-Americana, o seu máximo objetivo de construir entre os países que a integram uma forte aliança ao serviço da paz, da democracia, dos direitos humanos, do crescimento económico, da igualdade de género, da eliminação da pobreza e do desenvolvimento sustentável.

Contando com o apoio e a colaboração prestada pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), órgão permanente de apoio à Conferência Ibero-Americana, pela sua valiosa atividade de coordenação e acompanhamento das reuniões ministeriais sectoriais ibero-americanas, das quais a RIMPE faz parte.

CONSIDERAMOS

- a. Que devemos trabalhar em prol do fortalecimento institucional que estabeleça instituições independentes, responsáveis, eficazes, imparciais e objetivas, através do respeito das nossas normas constitucionais e legais proporcionando um quadro adequado para as sociedades desenvolverem todo seu potencial, melhorando a condução e a gestão dos assuntos públicos para garantir uma

maior segurança jurídica respeitada por todos e promover o desenvolvimento económico sustentável e a coesão social.

- b. Que é fundamental manter um esforço sustentado para incrementar a eficiência das nossas instituições, tendo serviços públicos idóneos que evitem duplicação de esforços e criem sinergias com mecanismos de avaliação e acompanhamento de políticas públicas, sem discriminações de qualquer espécie. Os órgãos públicos devem ter um propósito público claro e justificado, necessitando apoiar-se em modelos de rigor e de exigência de responsabilidades na gestão de recursos públicos.
- c. Que a transparência e a prestação de contas perante os cidadãos devem reforçar as nossas instituições, dado que permite aos cidadãos um maior controlo da ação dos seus governantes e um melhor conhecimento do resultado da gestão das instituições. De igual forma, as políticas que favorecem, tanto a publicidade ativa por parte das instituições, como o direito de acesso à informação, estão diretamente ligadas ao bom governo, de acordo com o estabelecido no Código Ibero-americano de Bom Governo, permitindo que a atuação dos gestores públicos esteja sujeita à prestação de contas perante o conjunto dos cidadãos, e criando, em consequência, um quadro favorável ao crescimento económico.
- d. Que este esforço requer não apenas modificações legislativas que reforcem as nossas instituições, mas também que a própria sociedade civil as perfilhe e confie na sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento, a coesão social e o crescimento. É fundamental criar um clima propício ao desenvolvimento pleno das sociedades.
- e. Que é vital formar aqueles que mais tarde farão parte das instituições que desejamos fortalecer, sendo portanto essencial unir esforços nesta área e transmitir na formação de funcionários públicos o respeito pelos valores da ética, solidariedade, honestidade, justiça social, equidade, responsabilidade, tolerância, exemplaridade, austeridade e transparência. Os funcionários públicos serão, em consequência, motores do fortalecimento institucional e do bom governo.
- f. Que é primordial aprofundar os trabalhos realizados em matéria de Administração Eletrónica para aproveitar as potencialidades das Tecnologias de Informação e da Comunicação (TIC) e o seu contributo para a racionalização, transparência e sustentabilidade das Administrações Públicas, reconhecendo como positivo o esforço realizado pelo Grupo de Trabalho sobre Governo Eletrónico surgido da Declaração de Lisboa, adotada na XIII Reunião da RIMPE. A primeira reunião deste grupo teve lugar em Cartagena das Índias, na Colômbia, a 12 de abril de 2011.
- g. Que os poderes públicos têm a importante responsabilidade de incluir nas suas políticas públicas os seus compromissos tornando realidade o exercício

do direito à saúde, à educação, no âmbito do sistema de proteção social, de enfrentar os desafios colocados na luta contra a exclusão social, a discriminação e as desigualdades. As estratégias colaborativas entre todos os países ibero-americanos têm demonstrado a sua capacidade de avançar na cooperação relativa à educação, à saúde e investigação, na partilha de experiências em matéria educativa, de organização sanitária e de políticas de prevenção de doenças. Progressos nestas matérias contribuirão para eliminar obstáculos ao pleno desenvolvimento e para fortalecer as nossas instituições.

- h. Que as políticas públicas devem garantir o objetivo da igualdade de acesso e de oportunidades, avançando na igualdade entre mulheres e homens, e almejando a eliminação de todas as formas de discriminação e garantir a participação dos setores mais desfavorecidos de acordo com os compromissos de desenvolvimento assumidos a nível internacional.

CONCORDAMOS

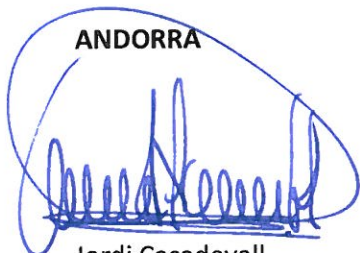
1. Solicitar à Secretaria-Geral Ibero-Americana que submeta à consideração da XXII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo de Cádiz a presente "Declaração de Madrid".
2. Impulsionar políticas que fortaleçam as nossas instituições através de um incremento da confiança, através do respeito e da lealdade institucionais, da transparência, do bom governo e da colaboração entre administrações.
3. Promover políticas públicas nestes campos que estejam dirigidas para acautelar a coesão social, a igualdade de oportunidades, a não-discriminação e os avanços na qualidade e equidade da educação e na cobertura e oportunidades no domínio da saúde, tanto de prevenção como de assistência sanitária. Considerar-se-ão as necessidades das pessoas tendo em conta a sua diversidade e as diferentes etapas do ciclo de vida.
4. Desenvolver políticas públicas orientadas para o desenvolvimento sustentável, o crescimento da economia e a geração de emprego que estimulem o espírito empresarial, a competitividade e inovação.
5. Valorizar a realização do III Curso IBERGOP 2011 sobre Sistemas de monitorização e avaliação das Políticas Públicas e Programas de Governação dos "Centros de Governo" e salientar o esforço de melhoria envidado pela SEGIB na metodologia e conceção das sucessivas edições do Curso
6. Transmitir ao Programa IBERGOP a encomenda formulada a esta Rede de Ministros para os acordos da Cimeira Ibero-americana de Asunción, e mais especificamente, para o ponto A-2 do Programa de Ação, no sentido de instruir a Escola para contribuir, no desempenho da sua atividade, para o cumprimento dos acordos e dos mandatos de esta Cimeira sobre a Transformação do Estado e Desenvolvimento.

7. Encomendar ao Programa IBERGOP, que na reunião do seu Conselho Académico, a realizar-se no dia 9 de maio do corrente ano, elabore o Programa Académico 2012-2013, de acordo com o estipulado no ponto anterior, partindo do tema de Políticas Públicas para o Fortalecimento Institucional, o Crescimento Económico e a Coesão Social, com especial atenção para as questões da transparência e do bom governo. Da mesma forma, com o objetivo de avançar no sentido da transposição prática dos citados acordos de Cimeira de Asunción, como dos que se alcancem na Cimeira de Cádiz, solicita-se a realização de uma proposta de trabalho no primeiro trimestre de 2013 que será remitida à Rede RIMPE para sua aprovação.
8. Levando em conta o considerando a) desta declaração, propiciar um estudo conjunto das medidas que os nossos países têm adotado em matéria de fortalecimento institucional. Para tal, todos os nossos Ministérios ou Equivalentes comunicarão à Secretaria-Geral Ibero-Americana os avanços legais e institucionais alcançados nesses domínios. Com as contribuições recebidas, a SEGIB elaborará no prazo de um ano um relatório com as suas recomendações que será submetida à rede RIMPE
9. Adotar políticas de transparência que fomentem o incremento do volume de informação que os Estados devem tornar do conhecimento público, reconhecendo simultaneamente os direitos de acesso à informação na posse de organismos públicos com as limitações inerentes a estas matérias e a proteção de dados de pessoais. Os países ibero-americanos mais avançados nesta área continuarão oferecendo o seu apoio àqueles que decidam iniciar trabalhos legislativos neste âmbito. Criar-se-á um grupo de trabalho para preparar uma Carta Ibero-Americana da Transparência e Acesso à Informação Pública, que contribua para dar passos coordenados a nível ibero-americano na matéria com vista à sua adoção na Cimeira de Cádiz de Chefes de Estado e de Governo.
10. Saudar e apoiar os resultados da reunião do Grupo de Trabalho de Governo Eletrónico, realizada em Cartagena das Índias, na Colômbia, em abril de 2011, que incidiu no estabelecimento de uma agenda comum de cooperação e mecanismos de coordenação para a partilha de boas práticas, na qual se contemplou a possibilidade de criação de um Conselho Ibero-Americano de Governo Eletrónico. De igual modo, encomendar à SEGIB a coordenação da realização de uma segunda reunião do Grupo de Trabalho, tendo em conta o mandato de Asunción relativo ao fortalecimento das redes regionais de governo eletrónico e à cooperação e auxílio prestado pelas TIC como suporte para as diferentes etapas das políticas públicas. Para a sua consecução a SEGIB convocará os países ibero-americanos e os organismos pertinentes da região para uma reunião a realizar-se no primeiro trimestre de 2013.

11. Retomar o compromisso dos países de incorporar as normas incluídas no Código de Bom Governo Ibero-Americano no direito interno dos países da Comunidade Ibero-Americana, caso não tenha sido efetuado, reforçando a legislação nacional com a inclusão de mecanismos de fiscalização da ação das autoridades às quais este Código se aplica, recordando desta feita a importância de efetuar um seguimento permanente do Código para garantir a sua eficácia.

Os participantes agradecem ao Reino de Espanha a excelente organização desta XIV Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes, tal como o empenhamento do Governo de Espanha ao disponibilizar os meios que permitiram o seu desfecho bem sucedido.

ANDORRA



Jordi Casadevall
Secretário-Geral

ARGENTINA



María Belén Bogado
Ministra-Conselheira

BOLIVIA



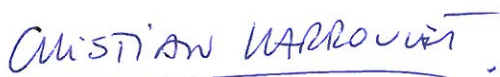
Roberto Iván Aguilar Gómez
Ministro da Educação

BRASIL



Gilberto Carvalho
Ministro Chefe da Secretaria-Geral de Presidência

CHILE



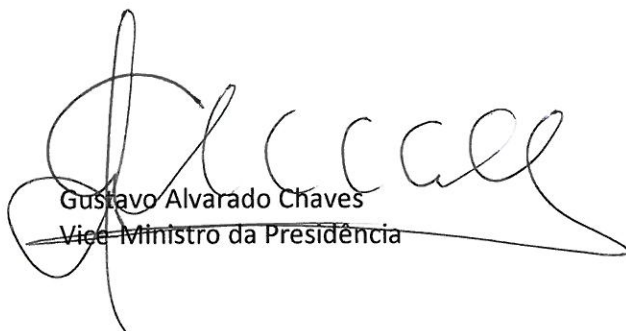
Cristian Larroulet Vignau
Ministro Secretário-Geral da Presidência

COLÔMBIA



Angelino Garzón
Vice-Presidente da República

COSTA RICA



Gustavo Alvarado Chaves
Vice-Ministro da Presidência

CUBA



Alejandro González Galiano
Embaixador

EQUADOR



Vinicio Alvarado Espinel
Secretário Nacional da Administração Pública

EL SALVADOR



Franzi Hasbún Barake
Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência

ESPAÑA



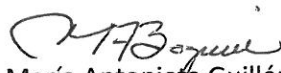
Soraya Sáenz de Santamaría Antón
Vice-Presidente do Governo e Ministra da Presidência

GUATEMALA



Gustavo Martínez
Secretário-Geral da Presidência

HONDURAS



María Antonieta Guillén de Bográn
Vice-Presidente e Ministra da Presidência

MÉXICO



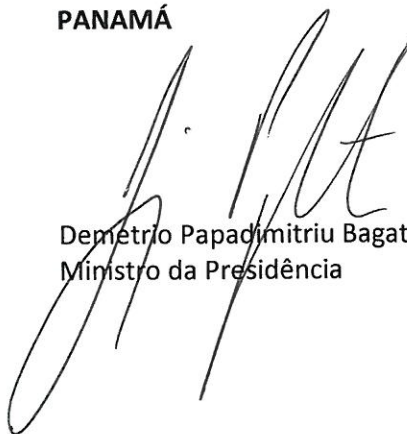
Víctor Valencia Zavala
Coordenador Geral de Administração Presidência
da República

NICARAGUA



Paul Herbert Oquist
Ministro Secretário Privado do Poder Cidadão para
Políticas Nacionais

PANAMÁ



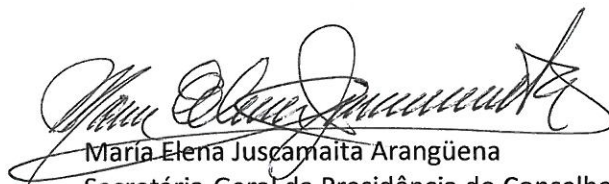
Demétrio Papadimitriu Bagatelas
Ministro da Presidência

PARAGUAI



Diana Correa Martínez
Diretora-Geral de Integridade

PERU



María Elena Juscamaita Arangüena
Secretaría-Geral da Presidência do Conselho de
Ministros

PORTUGAL



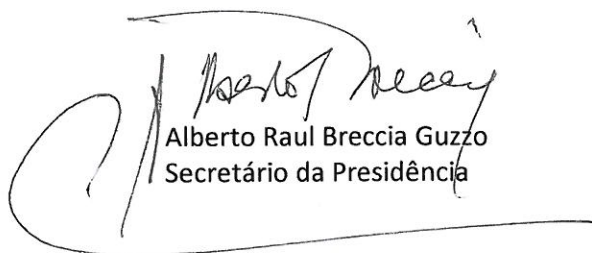
Miguel Miranda Relvas
Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares

REPÚBLICA DOMINICANA



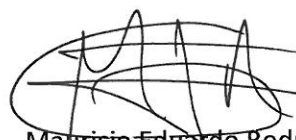
Rhina Durán Cabral
Conselheira

URUGUAI



Alberto Raul Breccia Guzzo
Secretário da Presidência

VENEZUELA



Mauricio Eduardo Rodríguez Gelfenstein
Ministro-Conselheiro